



PROCESSOS TCE/AC 16.231.2012-50

ENTIDADE: Companhia de Saneamento do Estado do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2011.

RESPONSÁVEL: Eluzimar Alencar de Almeida

CONTADOR: Manoel Wanes Machado Peres – CRC/AC nº 000922/0-5

RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

ACÓRDÃO Nº 11.113/2019

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre. Exercício de 2011. Irregular.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator**: **1)** considerar **IRREGULAR** a Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2011, de responsabilidade dos senhores **Eluzimar Alencar de Almeida** – Diretor Presidente e **Manoel Wanes Machado Peres** – Contador – CRC/AC nº 000922/0-5, em face de grave infração a norma contábil e contratações sem a observância plena da Lei Geral de Licitações (Lei n. 8.666/1993); **2)** notificar os responsáveis do resultado do presente julgamento; **3)** recomendar a origem para observar nas próximas edições da matéria as falhas catalogadas. **Divergiu, em parte**, o Conselheiro José Augusto Araújo de Faria acompanhado pelo conselheiro Antônio Jorge Malheiro que votaram: **a)** pela aplicação de **multa** ao **gestor** no valor de **R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais). **Divergiu** ainda a Conselheira **Dulcinéa**



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Benício de Araújo que votou pela devolução do valor de pequena monta de R\$ 273,60. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento dos autos**.

Rio Branco - Acre, 31 de janeiro de 2019.

Cons. **Antônio Cristóvão Correia de
Messias**
Presidente

Cons. **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator

Cons. **José Augusto Araújo de Faria**

Cons. **Valmir Gomes Ribeiro**

Cons. **Antônio Jorge Malheiro**

Cons^a. **Dulcinéa Benício de Araújo**

Cons^a. **Naluh Maria Lima Gouveia**

Fui presente:

Cons^a. Subst. **Maria de Jesus Carvalho de
Souza**

Dra. **Anna Helena de Azevedo
Lima**
Procuradora MPC



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSOS TCE/AC 16.231.2012-50

ENTIDADE: Companhia de Saneamento do Estado do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2011.

RESPONSÁVEL: Eluzimar Alencar de Almeida

CONTADOR: Manoel Wanes Machado Peres – CRC/AC nº 000922/0-5

RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

RELATÓRIO

1. Trata-se da Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2011, de responsabilidade do Sr. Eluzimar Alencar de Almeida, Diretor Presidente à época.

2. O Corpo técnico do TCE/AC emitiu relatório técnico de análise às fls. 230/309 e relatório técnico complementar às fls. 525/600 e 2º Relatório Técnico Complementar as fls. 621/640.

3. O Gestor se manifestou às fls. 321/509 e 612/618.

4. Após a fase do contraditório, a 3ª IGCE apurou ainda como pendente de regularização em relatório técnico complementar (fls. 621/640) as seguintes irregularidades:

4.1. Falhas na elaboração de demonstrativos contábeis por: **a)** divergências de saldos de contas; **b)** lançamentos de créditos sem fundamentação; **c)** divergências de saldos da DRE; **d)** ausências de notas explicativas nos lançamentos de multas e acréscimos de mora; **e)** lançamento de valores na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido sem o registro no Balanço Patrimonial ou sem uma devida nota explicativa; **f)** divergências dos saldos apresentados no Balancete Analítico da Demonstração do Resultado do Exercício; **g)** ausência dos inventários de bens móveis e imóveis; **h)** ausência de registros da conta “almoxarifado” no Balanço Patrimonial quando



confrontado com o relatório de entradas de material analítico e da conferência diária de saídas (item 3, alínea “a” e subalíneas “a.1, a.2, a.3, a.4, a.6, a.7, a.8, a.9”);

4.2. Pagamento de multa por atraso, quanto a entrega de declaração e encargos do parcelamento da Lei Federal nº 11.941/2009, na importância de R\$ 273,60 (item 3, alínea “a”, subalínea “a.5”);

4.3. Falha na aquisição de material de consumo (combustível) sem a observância plena do art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/1993 (item 3, alínea “a”, subalínea “a.10”);

4.4. Falhas nos procedimentos de contratações de aluguel de veículo em nome do senhor Tadeu Alves Brilhante, de prestação de serviços em nome da senhora Márcia Adriana Silva da Costa e de prestação e serviços contábeis em nome de Manoel Wanes Machado Feres – ME, pela a inobservância das disposições da Lei n. 8.666/1993 (item 3, alínea “a”, subalíneas “a.11, a.12 e a.13”).

5. E ainda opinou a equipe técnica pelas seguintes ressalvas:

5.1. Falha formal na apresentação do rol de responsáveis (apresentação de alguns endereços incompletos) (item 3, alínea “b”, subalínea “b.1”).

5.2. Problemas relacionados ao planejamento em face da variação positiva entre o orçamento inicial e o final de 6.431,95 % (item 3, alínea “b”, subalínea “b.2”).

5.3. Poucas informações quanto à constituição do montante da dívida trabalhista registrado pela empresa no Balanço Patrimonial (item 3, alínea “b”, subalínea “b.4”).

5.4. Poucas informações quanto à dinâmica da amortização da dívida consolidada no Balanço Patrimonial, referente ao parcelamento feito com base na Lei Federal nº 11.941/09 (REFIS) (item 3, alínea “b”, subalínea “b.5”).



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

5.5. Outras falhas contábeis em face: **a)** índices Econômicos e Financeiros extremamente deficitários; **b)** poucas informações sobre a amortização da dívida consolidada; **c)** contas com designações genéricas da DRE; **d)** falta de autenticação de alguns demonstrativos contábeis; **e)** ausência de publicação das demonstrações em jornal de grande circulação; **f)** utilização de saldos equivocados na elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (item 3, alínea “b”, subalíneas “b.3, b.5, b.6, b.7, b.8 e b.15”).

5.6. Não atendimento pleno da Resolução TCE/AC n. 062/2008 em face: **a)** do encaminhamento parcial de informações das Licitações Realizadas, dos demonstrativos dos contratos, convênios, acordos e ajustes celebrados (item 3, alínea “b”, subalíneas “b.9 e b.10”); **b)** do não encaminhamento do demonstrativo dos recursos recebidos, do demonstrativo dos recursos originários de dotações orçamentárias e da ausência do parecer dos auditores independentes (item 3, alínea “b”, subalíneas “b.12, b.13 e b.14”).

5.7. Ausência de notas explicativas indicando o que representam algumas contas indicativas de obras/projetos em andamento registradas no patrimônio da empresa (item 3, alínea “b”, subalínea “b.11”);

6. O Ministério Público Especial junto a esta Corte emitiu parecer às fls. 645/648.

7. É o sucinto relatório.

Rio Branco - Acre, 31 de janeiro de 2019.

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSOS TCE/AC 16.231.2012-50
ENTIDADE: Companhia de Saneamento do Estado do Acre
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2011.
RESPONSÁVEL: Eluzimar Alencar de Almeida
CONTADOR: Manoel Wanes Machado Peres – CRC/AC nº 000922/0-5
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO RONALD POLANCO RIBEIRO (Relator):

1. Analisando os autos verifica-se que de fato o Gestor cometeu falhas formais na elaboração de demonstrativos contábeis, bem como que contrariou a Lei Geral de Licitações e Contratos (fracionamentos de despesas).
2. Verifica-se também que não restaram constatados e comprovado atos de má-fé, sendo que o único prejuízo apurado foi o decorrente ao '*pagamento de multa por atraso, quanto à entrega de declaração e encargos do parcelamento da Lei Federal nº 11.941/2009, na importância de R\$ 273,60 (item 2.1.4 — fls. 543/546)*' falhas cometidas que ensejasse a devolução de valores ou outra cominação legal. Todavia, tal valor é irrisório, de pequena monta, cujo custo de execução é maior do que a própria dívida, não se justificando a devolução de tal valor.
3. Quanto à possibilidade de aplicação de multa deixo de sugerir sua aplicação em razão do advento do instituto da prescrição, por ter decorrido mais de 5 anos da data dos fatos (02/05/2012) até este julgamento.
4. Ante o exposto, consubstanciado no parecer do Ministério Público atuante nesta Corte de Contas e no relatório exarado pelo Corpo Técnico **VOTO**:

4.1. Nos termos das alíneas 'b', do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, pela emissão de **Acórdão** considerando **IRREGULAR** a Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2011, de



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

responsabilidade dos senhores **Eluzimar Alencar de Almeida** – Diretor Presidente e **Manoel Wanes Machado Peres** – Contador – CRC/AC nº 000922/0-5, em face de infração da norma contábil e contratações sem a observância plena da Lei Geral de Licitações (Lei n. 8.666/1993).

4.2. Notificar os responsáveis do resultado do presente julgamento.

4.3. Recomendar a origem para observar nas próximas edições da matéria as falhas catalogadas.

4.4. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como Voto.

Rio Branco - Acre, 31 de janeiro de 2019.

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator